

Representações Sociais e Construção do Mercado de Trabalho: Empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina

Bruno Lautier* e Jaime Marques Pereira**

Este artigo analisa a questão do mercado de trabalho, discutindo as dimensões econômicas, sociais e políticas envolvidas na sua regulação. Descartando as hipóteses economicistas sobre esse fenômeno, ele avalia os comportamentos e trajetórias de duas categorias de trabalhadores desqualificados em países da América Latina, as empregadas domésticas e peões da construção civil. Baseando-se nessa pesquisa, conclui como as representações e estratégias desses trabalhadores constituem um elemento fundamental para a conformação e funcionamento do mercado de trabalho.

*Para servir Vossa Senhoria, mais
ainda! Volto pra
cozinha. Aí reencontro
minhas luvas e o
cheiro dos meus dentes.
O arrote silencioso da pia. A
senhora tem suas flores, eu tenho
minha pia.
Eu sou a criada.
A senhora pelo menos não pode me
enlamear. Mas, a
senhora não vai levar isto
para o paraíso.
Eu preferiria lá segui-la, do que
deixar meu ódio na porta.*

Jean Genet

Les bonnes (tradução livre)

Mercado de Trabalho,
Estado e Rede

A questão teórica da existência de um mercado de trabalho está no centro de um debate entre economistas e sociólogos, já há vinte anos. Para os economistas, o debate foi primeiro interno à disciplina. Do lado dos marxistas, tratava-se de saber se a força de trabalho tinha um valor, em seguida de

* Sociólogo, Professor do Institut d'Études du Développement Économique et Social, Université de Paris.

** Economista, Professor do Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, IHEAL, Université de Paris, III

Este artigo é fruto de uma pesquisa coletiva; além do relatório final (Lautier, 1994) deu lugar à publicação dos relatórios citados na bibliografia: Costa Lima, 1992, Girard F. Nunes (1993), Huyette (1993), Kume (1993), Lulle et Viveros (1993), Monteiro Casassus (1992), Morice (1992), Vasconcellos (1992).

saber se era uma mercadoria e, enfim, de definir a natureza do que parecia ser um "não-mercado" de trabalho. Os economistas neo-clássicos também evoluíram rapidamente, seja através da teoria da segmentação do mercado de trabalho, seja através daquela dos mercados internos (mercado é aqui uma expressão claramente metafórica), ou, ainda, ao levar em conta os custos da informação ou a idéia de contratos implícitos. Num outro registro teórico, a escola francesa da regulação pôs claramente no centro do funcionamento do mercado de trabalho a idéia de instituições (mesmo que seja para nesta base tratar da questão da flexibilização dessas últimas), rompendo, então, com o elemento central da caracterização do mercado: o ajuste das quantidades pelas variações do preço. A economia das convenções¹ também ressaltou a indefinição do contrato de trabalho, tratando de ultrapassá-la, mas sem romper com o paradigma do individualismo metodológico.

Para uns e outros, a modificação desta peça essencial da teoria econômica (a própria existência de um mercado de traba-

lho) se fez, sobretudo, sob a pressão dos avanços da sociologia², que trouxeram à luz as dimensões sociais e políticas da gestão do processo de trabalho e dos fluxos de trabalhadores, bem como a importância da relação entre o mundo do trabalho e a vida social extra-trabalho na regulação do mercado de trabalho.

A questão do poder patronal sobre a organização do trabalho e do poder de Estado, no que se refere aos códigos normalizadores e às políticas sociais, rapidamente apareceu como central. Pelo menos no caso dos marxistas, os aportes da antropologia social foram levados em consideração ao ponto de colocar em dúvida o paradigma do mercado. Desta forma, a sociologia ensinou aos economistas que não se pode raciocinar apenas em termos de uma dialética Estado/mercado, pela qual a intervenção pública não teria outro papel do que aquele de perturbar supostos mecanismos "naturais" do ajuste pelo mercado.

No entanto, uma questão permanece bastante confusa: a da relação da história com a teoria. Em particular, o papel da

Fazemos aqui referência a essa corrente do pensamento econômico francês, que a partir da escola de regulação, trata de teorizar em termos micro-econômicos a importância das convenções passadas entre agentes e atores.

E também da história. Basta citar aqui todos os debates aos quais levou *A Grande Transformação* de Karl Polanyi

regulação do mercado de trabalho³ pelas instituições do Estado no capitalismo moderno (por exemplo, para o caso da Europa, no pós 45), nunca foi contestado. Este papel é mais pensado em termos de uma interação do que em termos de uma fusão orgânica. Geralmente, para os economistas, a existência de uma regulação institucional é tida como signo de uma fase avançada do capitalismo (a regulação monopolista que sucede a uma fase primitiva, dita concorrencial, na qual o Estado apenas intervém nas margens do mercado de trabalho, sobretudo a nível da duração do trabalho).

Grande número de sociólogos do trabalho concorda com este ponto de vista, mesmo quando põem ênfase nas origens não estatais das regulações institucionais (os conflitos na empresa, as mudanças de sua estrutura hierárquica e de sua organização interna, a evolução da relação formação/emprego, ou, ainda, os padrões de consumo. A oposição com os economistas liberais não deixa de ser nítida: o mercado e a organização são mais vistos como complementares do que antagônicos. Mas, um e outro continuam sendo pensados como distintos, para

não dizer exteriores um ao outro.

A validade do postulado da autonomia do econômico deve ser questionada, já que a pesquisa empírica desmentiu a visão do mercado de trabalho como mecanismo de ajuste pelos preços e de coordenação dos agentes por uma "mão invisível". A idéia de complementariedade entre organização e mercado não rompe realmente com este postulado, pois ela permanece marcada por um forte viés funcionalista (a organização estando aí para suprir as falhas do mercado). Torna-se, então, necessário complementar tal visão por uma *análise do tipo sócio-genética*, a qual se apresenta, de partida, com a seguinte alternativa: ou a relação de mercado é considerada como um procedimento social cujos efeitos são de ordem econômica, e nesta ótica a regulação pelo mercado é vista como uma regulação social da economia, ou então se vê a relação do mercado como algo puramente econômico, que vai estruturar o social e, neste caso, o problema teórico é saber como se produz uma compatibilidade entre uma ordem social e uma ordem econômica, que teriam cada uma sua própria lógica de reprodução.

A rigor, não se deveria mais utilizar a palavra mercado de trabalho, já que não se trata realmente de um mercado, mesmo se algo é objeto de uma troca. Na falta de outra expressão a utilizaremos, mas faremos a distinção entre o mercado de trabalho *stricto e lato sensu*. O primeiro corresponde ao sentido que dá à palavra a teoria neo-clássica, isto é, aquele de um ajuste das quantidades pelos preços na ausência de barreira à concorrência. Para nós, tal expressão designa, então, uma construção teórica, e nunca um fato real observado. O segundo designará o que significa no senso comum: o *locus* e os mecanismos da colocação dos indivíduos nos empregos.

A Rede: Um Substituto à Regulamentação Institucional do Mercado de Trabalho?

A sócio-anthropologia do trabalho no terceiro mundo levou geralmente a uma opção pelo primeiro termo da alternativa. Não se pode, no entanto, reduzir a validade da hipótese a um terceiro mundo visto como específico. Pelo contrário, este nos parece ser um campo de investigação que permite talvez avançar mais facilmente na elucidação de um problema mais geral: o que está em jogo a nível económico na organização da sociedade.

Com efeito, na análise do mercado de trabalho dos países em desenvolvimento, duas coisas são mais particularmente evidentes: por um lado, não se pode identificar *um* único mercado de trabalho; tanto os mecanismos de circulação quanto os de uso da força de trabalho são múltiplos e determinados por fatores extra-económicos (parentesco, etnicidade, religião, etc); por outro lado, o nível de regulação institucional do mercado de trabalho é fraco, tanto no que se refere à identificação das qualificações da força de trabalho quanto em relação às suas condições de uso, de remuneração e de proteção social. Sem que isto permita negar a existência de uma classe operária⁴, tem que se admitir que os mecanismos de contrata-

ção, de formação de grupos e de coalisões na empresa, não respondem nem a determinações, principalmente institucionais, nem a uma lógica puramente mercantil.

A idéia de rede sintetizou esse ponto de vista; ela refletia mais de perto os resultados do uso cada vez mais privilegiado das biografias: os relatos de vida mostravam geralmente que se encontrava um emprego (na indústria, no setor público, mas também nas atividades informais) mais por meio de informações personalizadas ou de favores, ou, ainda, pela condição étnica ou política, do que pela resposta dada espontaneamente por um mercado anônimo, tal como pelos anúncios de jornais ou de outro tipo, ou, ainda, por uma agência nacional de emprego ou empresas especializadas na contratação de mão-de-obra. Esse tipo de análise, privilegiando uma abordagem micro, permitiu resgatar os canais de informação e de relações de favor próprios destas redes, estruturadas fora do mercado de trabalho, mas que assumem um papel da maior importância na sua organização, bem como naquela das empresas, ou mesmo, das administrações. Os clássicos métodos da antropologia davam fundamentação à argumentação: as enquetes sobre as trajetórias dos trabalhadores, levadas do ponto de partida ao ponto de chegada (raramente no sentido inverso), deram corpo à idéia

4 Não falamos aqui principalmente de códigos estatais, mas do seu respeito efetivo.

5 Na Coreia e no Brasil seria o óbvio, mas a questão também pode ser referida à África negra, como mostrou o livro dirigido por Agier et al (1987).

de redes, explicaram a sua lógica de funcionamento e de reprodução, evidenciando o quanto ela difere daquela do mercado.

No entanto, sem negar o papel fundamental da idéia de rede na caracterização dos mercados de trabalho dos países em desenvolvimento, uma questão essencial permanece sem solução: aquela das relações entre os três termos do tripé Estado/mercado/rede. É de fato evidente que todo mercado de trabalho (*lato sensu*) funciona com uma matriz de combinações diversas desses três termos. Na França, por exemplo, pode-se admitir que a regulação institucional é predominante (incluindo aquela que se dá com base em acordos entre sindicatos e empresas de um determinado ramo). Mas isto não exclui a existência de fenômenos puramente mercantis⁶ nem aquela de redes (que podem se caracterizar pelo nepotismo, comunidade de origem ou corporativismo sindical). Da mesma maneira, a existência de redes de acesso ao emprego público na África negra (étnicas, familiares, políticas) não apenas não exclui como também pressupõe a existência de elementos de regulação estatal⁷. A despeito das evidências empíricas, fica óbvio que permanece uma grande incerteza teórica sobre o estatuto de cada um desses três termos.

Ao nosso ver, a sócio-anthropologia do desenvolvimento continua geralmente marcada pela idéia de exterioridade perturbadora: o social vem perturbar os mecanismos econômicos que regulam o mercado de trabalho; por exemplo, a contratação com base em laços de parentesco em tal empresa industrial africana será vista como disfuncional em relação à eficiência, que teria produzido uma lógica puramente mercantil. Esse tipo de comentário vem, em geral, acooplado a uma idéia exatamente inversa: este funcionamento é necessário à reprodução da comunidade, o peso desta exigência sendo mais forte que a lógica de mercado. Provavelmente, seria pertinente fazer uma análise parecida das relações entre a enorme expansão do emprego público e o clientelismo político no Brasil.

Para ultrapassar este obstáculo — a dificuldade de teorizar as relações Estado/mercado/rede -, seria na verdade necessário ampliar a problemática exposta por Polanyi, quando ele procura mostrar que o Estado não veio intervir nem para perturbar nem para substituir o mercado de trabalho; pelo contrário, a intervenção do Estado é consubstanciada à emergência desta "mercadoria fictícia" e o desenvolvimento de uma regulação estatal vai necessariamente junto com aquela deste pseudo

6 Por exemplo, a falta de programadores fez subir o salário destes no início dos anos setenta, e o excesso desta mão-de-obra o rebaixou quinze anos mais tarde.

7 Como mostra Médard (1991: 323-353), para quem o neo-patrimonialismo supõe um mínimo grau de institucionalização do Estado como condição de apropriação-redistribuição dos recursos estatais.

mercado. Romper plenamente com a idéia de exterioridade do econômico e do social supõe que se integre a noção de rede a esta análise, mostrando como a intervenção pública apóia-se nas redes, ao mesmo tempo que permite a sua reprodução. Tanto histórica quanto logicamente, Estado, mercado e rede constituem juntos o que se tem costume de chamar de mercado de trabalho. E a tarefa do analista é esclarecer essa articulação, bem como explicar a variabilidade de suas formas.

O Papel das Representações do Emprego Junto aos Trabalhadores "Sem Qualidades"

Nossa ambição é muito mais modesta do que a produção de uma "teoria geral" que responda a semelhantes perguntas. Ela repousa no princípio metodológico das virtudes heurísticas da análise das margens, princípio que nos parece, ainda que um tanto esquecido hoje, ser uma das principais lições de Michel Foucault. Partiremos de um estudo de caso de duas populações "marginais": os operários desqualificados da construção e as empregadas domésticas na América Latina.

Estas duas populações não são "marginais" no sentido cor-

riqueiro que tem esse termo na América Latina, isto é, aquele de delinquentes ou até criminosos (ainda que, como veremos adiante, a suspeita de desonestidade que carregam esses indivíduos "sem lenço nem documento"⁸ seja permanente). O caráter marginal destas duas categorias de assalariados remete, na verdade, ao fato delas serem atípicas, nem tanto em relação à média dos trabalhadores mas em relação à imagem típica do trabalhador que foi construída pelas leis nacionais, pelos discursos sindicais e pela literatura erudita da sociologia do trabalho, sem falar no discurso popular. Por um lado, cada uma destas duas categorias é homogênea do ponto de vista do gênero. Por outro lado, a idade média que as caracterizam é baixa (sobretudo quando se leva em consideração que a categoria dos operários da construção é essencialmente composta de peões); a proporção de migrantes recentes é alta (superior à média), quer se trate de migrações definitivas ou temporárias; o nível de instrução é baixo (em média, inferior ao primário completo, com uma proporção de analfabetos que varia entre um terço e metade); a desvalorização e a estigmatização (que comportam com frequência elementos de racismo) são muito intensas, sejam

Traduz-se aí a expressão francesa *sans feu ni lieu*, isto é, literalmente, sem fogo sem lugar, pela qual se definia o vagabundo no século passado (Meyer, 1976).

Não mantivemos na amostra os homens classificados como empregados domésticos (chofer, vigia ou jardineiro), que executam tarefas bem distintas das mulheres. Eles formam, na média, 8 a 10% no total dos empregados domésticos. As mulheres operárias da construção estão ausentes tanto dos canteiros quanto das estatísticas.

elas externalizadas pelos próprios trabalhadores ou pelos patrões, pela hierarquia ou pelo conjunto da população urbana; as relações de trabalho são, geralmente, ao menos parcialmente informais (no sentido do não pagamento dos encargos sociais e da falta de respeito às leis que regem o uso do trabalho quanto a feriados, segurança, salário mínimo, etc); a fraca regulação institucional desses empregos, bem como fatores próprios do ramo, no caso da construção, ou da natureza das relações profissionais, no caso das domésticas, levam a uma forte precariedade; enfim, as relações com aqueles que dominam de perto esses trabalhadores (as patroas das empregadas, os operários qualificados da construção e o mestre de obra) são sempre fortemente personalizadas. Tais características de uma situação "marginal" não impedem essas duas categorias de serem, no seu conjunto, mais numerosas que os operários da indústria, mesmo se a literatura que lhes é con-

sagrada nas ciências sociais é dez a vinte vezes menos importante.

De início, o propósito desta pesquisa era estudar as condições de inserção urbana dos jovens migrantes, com duas hipóteses de partida. A primeira, largamente desmentida, era de que esse tipo de primeiro emprego urbano tinha o papel de abrir novas oportunidades nas trajetórias sócio-profissionais dos migrantes¹⁰. A segunda, que iremos aqui desenvolver, era que as representações sobre o mercado de trabalho têm um papel predominante na elaboração das estratégias de mobilidade para a cidade, e, em seguida, dentro do emprego urbano¹¹.

O interesse dessas duas populações estudadas, em relação à questão teórica acima levantada, está no fato de que se trata de duas situações (bastante diferentes, veremos) onde a regulação institucional do mercado de trabalho é fraca; e, quan-

10 Veremos adiante as razões que invalidaram essa hipótese; para as domésticas, o fato que esse tipo de emprego só abre portas para outros empregos da mesma natureza ou para o desemprego; para os peões da construção, o fato que a mobilidade qualificante é essencialmente interna ao ramo; a saída do ramo (para o comércio informal, por exemplo) é geralmente associada a um desemprego temporário e pode permitir a volta em caso de retoma da atividade.

11 O material que utilizamos aqui baseia-se em um trabalho bibliográfico e estatístico, bem como em oito séries de trinta a trinta e cinco entrevistas resgatando as biografias profissionais (vide relatórios parciais citados na bibliografia). Em geral, na falta de dados precisos, era difícil constituir uma amostra representativa. No entanto, cada um dos pesquisadores de campo constituiu uma amostra segundo critérios que parecem relativamente pertinentes diante dos resultados. Em relação às domésticas, para cada uma das quatro pesquisas, se entrevistou quatro ou cinco patroas, uma ou duas sindicalistas, em dois casos patrões de agências de contratação de empregadas e, em média, também cinco ex-empregadas domésticas e mais ou menos vinte e cinco em atividade, obedecendo a uma repartição por idade (menos de 20 anos, de 20 a 30 anos e mais de 30); cada uma destas classes de idade foi por

do existe, ela é submetida ou dependente de relações personalizadas. Assim, embora exista uma categoria de operário qualificado na construção brasileira, esta qualificação é outorgada pelo mestre de obras com base na proposta de um profissional para o qual o candidato tem a posição de servente. Ou, ainda, as domésticas têm, de fato, direito a feriados, mas a folga é considerada como um favor e fica geralmente condicionada à disponibilidade da patroa.

Esta fraca regulação institucional levaria a pensar que estamos presenciando um mercado "walrasiano" puro, com o Estado perturbando muito pouco os seus mecanismos de ajuste. Percebe-se, rapidamente, que tal não é o caso. Por um lado, o acesso ao emprego (com ou sem migração campo-cidade) responde, sem dúvida, a uma lógica de rede, mas trata-se de uma rede bastante restrita. A mãe, a irmã, a "tia", a amiga, no caso das domésticas, transmitem informações e, em alguns casos, encontram elas mesmas um emprego para a sua protegida. Relatos epistolares, telefônicos ou diretos de antigos migrantes, ou de "gatos", para os operá-

rios da construção, se sobrepõem a um intenso jogo de conversas sobre as qualidades ou defeitos de tal empresa ou de tal mestre. Claro, os anúncios de jornal, os cartazes colocados na frente das obras e as agências formais de contratação de mão-de-obra existem, mas tais formas de mobilização do trabalho não parecem as mais significativas. Por outro lado, o nível salarial não se apresenta como um critério dos mais importantes na escolha de um emprego, mais ainda quando se trata de tomar a decisão de conservá-lo ou deixá-lo. Intervêm aqui as estratégias projetando o futuro almejado (aquisição de uma qualificação, por exemplo, mas também aspirações matrimoniais ou residenciais), bem como relações de amor e ódio, ou, ainda, fatores em aparência totalmente irracionais.

Isto poderia nos tentar a substituir o Estado pela rede como complemento aos mecanismos de mercado (*lato sensu*), a rede aparecendo como instrumento regulador e, ao mesmo tempo, perturbador do mercado. Trataremos de mostrar que tal hipótese não é satisfatória. Com certeza, levar em conta as diferentes redes permite inter-

sua vez dividida em duas (domésticas que moram ou não na casa da patroa), segundo uma proporção de domésticas externas crescendo com a idade (em média 20%, 35% e 50% para as três classes, proporções que parecem plausíveis nos países, como a Colômbia, para os quais existem dados confiáveis). Para os peões da construção, as amostras foram mais diversas: grosso modo, foram interrogados 1/5 de ex-operários sem qualificação (na hora da entrevista, quase todos eram operários qualificados, o que introduz um viés difícil de ser corrigido, pois os operários sem-qualificação que saíram do ramo dificilmente podiam ser identificados para serem entrevistados), e 4/5 de operários sem-qualificação. Estes se repartem mais ou menos em 2/3 que não conheceram antes qualquer atividade profissional no meio urbano e outro terço que conheceu outra atividade antes de exercer esta, geralmente como ambulante, depois do fechamento de um canteiro. Em dois casos (Bogotá, e sobretudo João Pessoa) um importante material anexo (sobre a atividade da construção do ponto de vista patronal e dos mestres de obra...) foi também utilizado.

pretar boa parte das trajetórias individuais, mas nem todas. Na amostra, 1/4 dos migrantes, por exemplo, partiram para a cidade sem ter nenhum contato prévio para os acolherem. De qualquer forma, semelhante hipótese não permite explicar como o conjunto das trajetórias se transforma em um "sistema", isto é, organiza no concreto a regulação do mercado de trabalho na sua totalidade. Proporemos, então, uma outra hipótese: é antes de tudo o sistema de representações do trabalho e do mercado de trabalho (sistema que tem nas redes um dos elementos de sua reprodução) que assume o papel de instância reguladora. Poder-se-ia desenvolver esta hipótese da seguinte forma: *são as representações do emprego — e sobretudo do "bom emprego" —, bem como as representações do mercado de trabalho, que o fazem funcionar, ao determinar as formas e os percursos da mobilidade dos trabalhadores. O que confere esse papel determinante às representações dos trabalhadores - a priori, puramente ideais — é o fato de que, na ausência de uma regulação institucional, elas estão na base não só da formulação das estratégias profissionais como, também, residenciais e matrimoniais desse trabalhadores. É o conjunto dessas estratégias, confrontadas com a dos outros atores sociais, principalmente os empregadores, que constitui o alicerce da regulação do mercado de trabalho.* Estas estratégias objetivam a obtenção de um estatuto social; mas este último não tem objetividade institucional precisa; ele só tem eficácia social enquanto objeto de representações. Por exemplo, uma em-

pregada doméstica que se percebe como uma escrava ou não, ou que se vê como uma ladra ou não. Neste tipo de representações é que reside a razão de trajetórias que parecem irracionais, por serem marcadas por uma aberrante interiorização da desqualificação social que o estigma carrega.

Evidentemente, coloca-se o problema do grau de generalidade desta hipótese, problema que será examinado na conclusão do texto. Por ora, nos limitaremos a um ponto particular, aquele das relações entre o papel que se atribui a estas representações e à questão do tripé Estado/mercado/rede. O papel preponderante das representações é, a priori, indiretamente ligado ao papel das redes no acesso ao emprego, na medida em que umas e outras se correlacionam a uma fraca regulação institucional do mercado de trabalho. Mas esta ligação tem exceções; por exemplo, como se sabe, as redes do sindicalismo corporativo são ligados a uma forte regulação institucional; em casos como aqueles de ramos fortemente corporativizados da indústria mexicana ou argentina, o papel das representações individuais passa para um segundo plano. A existência das redes de acesso ao emprego não caracteriza um tipo único de regulação do mercado de trabalho; uma regulação pelas representações, tanto quanto uma regulação institucional, mobiliza tais redes.

A discussão desta hipótese sobre o papel central das representações implica em desenvolver uma análise das estraté-

gias e da identidade desses trabalhadores "sem qualidades", o que faremos agora para voltar, em seguida, à questão de caracterizar o que isto significa em relação aos mecanismos de constituição e regulação do mercado de trabalho.

Estratégias Diversificadas, Identidades Fragmentadas

Estratégias polimorfmas mas condicionadas

A elaboração e a implementação de uma estratégia pressupõe a mobilização de "capitais" diversos (econômicos, sociais, culturais, simbólicos, etc). As duas categorias sociais das quais tratamos parecem ser aquelas que estariam mais afastadas da possibilidade de formular qualquer estratégia. Condenados a peregrinar em busca de trabalho, casa e parceiro (ou parceira), a condição de vida destas categorias parece completamente dependente dos acasos do mercado. Não se pode negar que a mobilidade e a precariedade do trabalho sejam extremas. Mas a precariedade não se explica tão somente pela fraqueza da regulação institucional ou pela informalidade das relações de trabalho; ela, às vezes, parece ser "procurada" pelo trabalhador. E a peregrinação não é incompatível com a existência de estratégias de longo prazo, sejam elas profissionais ou extra-profissionais. A precariedade das condições de vida do campo, que empurra para a migração, ou a dificuldade do acesso ao emprego na cidade, não fazem

destes trabalhadores desqualificados seres passivos e interditados de conceberem alternativas. Sem dúvida alguma, estas estratégias não deixam de constituir escolhas livres, mas trata-se, também, com certeza, de escolhas condicionadas. Isso não permite, no entanto, mesmo na ausência de uma regulação institucional, fazer do mercado de trabalho *stricto sensu* o determinante do destino dos indivíduos. Estas estratégias se redefinem constantemente em função do grau de controle dos fatores sociais que condicionam as escolhas; o que significa que estas devem ser constantemente reformuladas. Mesmo assim, elas conservam seu conteúdo de estratégias propriamente ditas.

Esta citação de Morice (1992: 6) ilustra bem a idéia de estratégias condicionadas:

"Para os futuros candidatos à instalação na cidade, o cenário é quase sempre idêntico: primeiro, ele se casa e procria na sua terra; a carência de recursos o leva a alugar seus braços nos canteiros de João Pessoa, onde se dorme e se come em condições de repouso e higiene execráveis, sem falar na constante humilhação devida à exclusão ressentida frente à população pessoense; para aqueles que vêm de regiões próximas, e podem voltar cada semana, horários e preços dos transportes exercem um efeito dissuasivo crescente com a idade e a inflação; enfim, se por uma razão qualquer, essas idas e vindas se tornam impossíveis, vira

um quebra-cabeça tratar de fazer chegar aos seus familiares parte do pagamento: "se eu pudesse trazer minha família para João Pessoa, seria mais prático", ouve-se com frequência. Uma parte desses peões tem um olho fixado nas possibilidades de se instalar; que irão se concretizar no dia em que forem declarados profissionais na carteira; o que lhes dará uma melhoria financeira. Em consequência, uma progressiva inserção nas redes da cidade lhes dará talvez acesso a um emprego assalariado mais cobiçado ou a um trabalho autônomo. Na verdade, nos deparamos com uma estratégia familiar que assume várias feições, por mais que ela seja precária: a esposa trata de se empregar como doméstica ou lavadeira, enquanto, sob pressão dela, o marido alterna e combina empregos com carteira assinada, para se beneficiar da previdência social, e trabalhos não declarados mais lucrativos. Os laços com a terra nem sempre se desfazem, e as pessoas vivem anos esperando uma volta -nem sempre acontece que o sonho se materialize."

Essas estratégias polivalentes e evolutivas também podem ser observadas junto às empregadas domésticas, com a diferença substancial que o "bom emprego" procurado somente pode ser encontrado mudando de atividade, o que é lógico, pois o trabalho doméstico nunca é visto como uma profissão,

135
tendo em vista o seu estigma. A decisão de encontrar meios de sobrevivência para sustentar filhos recém nascidos, significa mais, no começo, a procura de casa e comida do que um emprego propriamente dito; só quando for resolvido o problema da habitação, pode-se sonhar com um emprego de verdade, isto é, passar ao estatuto de diarista, ou, ainda melhor, de assalariada numa firma de limpeza.

As estratégias profissionais confundem-se, na prática, com as estratégias extra-profissionais. As estratégias são igualmente de natureza afetiva, residencial ou matrimonial. Observou-se, por exemplo, o caso de uma doméstica em Brasília que preferia morar na cidade-satélite (apesar da sua patroa lhe oferecer um alojamento bem mais confortável), o que implicava uma hora ou mais de transporte nos dois sentidos, o custo do ônibus podendo equivaler a um quarto do salário, sem contar o custo da construção da casa. O desejo de independência intervem, com certeza, numa estratégia desse tipo, mas ele se encontra muitas vezes sobredeterminado pelo fato de que dispor de sua própria casa aparece como uma condição *sine qua non* para manter uma relação conjugal (geralmente, com um operário da construção, também se defrontando com o problema de encontrar moradia). Da mesma maneira, as estratégias migratórias dos peões do Nordeste para São Paulo, ou Rio de Janeiro, podem corresponder à busca de uma qualificação profissional, tanto quanto constituir um meio de

acumular um dinheiro para sempre à procura da "boa patro-a", mentar o tamanho da roça fami- mas que aumenta constantemente liar¹², ou, ainda, para construir suas exigências, a tal ponto que uma casa quando voltar para o estas ficam inaceitáveis e levam a Nordeste. uma ruptura que pode implicar em cair em um emprego visto como

À primeira vista, essas es- bem pior. Vê-se que a idéia de tratégias se diferenciam segun- grau de racio- nalidade, ou do grau e o tipo de racionalidade. Algumas parecem perfeita- econômica a outro tipo de mente "realistas", como no ca- racionalidade (por exemplo, so da empregada que planeja ad- familiar) não tem muito poder quirir com a patroa conhecimen- explicativo. Cada conduta, cada tos especializados, ou constituir momento do desenvolvimento de uma poupança e aceder a um uma estratégia, remete a empréstimo, e tratar de reunir representações diversas que, uma rede de clientes para, final- consideradas de maneira isolada, mente, transformar-se numa "pe- parecem contraditórias ou quena empresária"¹³. Outras, incoerentes, mas que fazem ao inverso, parecem completa- sentido no seu conjunto.

mente irrealistas ou utópicas: migrar para uma cidade grande e conseguir um emprego de do- méstica com o sonho de virar Sistema de representações e manequim, ou mesmo atriz, ou, formulação de tratégias no caso dos homens, de um dia

ser um pequeno patrão e man- A extrema diversidade dessas dar seus filhos aos melhores co- tratégias não se explica apenas légios. Outras, enfim, podem se pelas condições ditas "ob- jetivas (a revelar francamente irracionais, probabilidade de encontrar tal ou quando não suicidas; é o caso tal emprego em um momento de uma doméstica, em Brasília, da conjuntura,

12 Vasconcelos (1992: 59-60) chama semelhante estratégia de "instalação provisória" em oposição àquelas de "instalação definitiva", "ida e volta" ou de "aprendizagem social", caracterizando a primeira da seguinte maneira: "é aquela dos que deixaram seu lugar de origem e a família, e que migram para o Sul com o objetivo de acumular uma poupança que possa melhorar as condições de vida na terra. Geralmente trata-se de pequenos proprietários cuja roça permite a sobrevivência da família durante esse tempo. Para eles, a construção apresenta-se como uma atividade qualquer. Apenas procuram melhores salários sem ligarem muito para as condições de vida (...). A migração representa uma etapa da vida para ganhar dinheiro de maneira a voltar para a casa com um capital."

13 Existem estratégias que poderiam ser qualificadas de "schumpeterianas". Kume (1993) cita o caso de uma *congeladora*. Ela começou como empregada, morando na casa da patroa, a aprender com ela a cozinhar. Esta lhe ensinou a congelar as sobras para depois lhe pedir que preparasse pratos congelados para o fim de semana. Ela negociou com a patroa poder utilizar a cozinha e o congelador para preparar pratos que ela venderia às amigas da dona da casa. Depois de alguns meses, ela se tornou diarista e passou a combinar um trabalho de doméstica, que a ocupa dois dias da semana, e durante os outros três, ela tornou-se uma *congeladora* (os compradores fornecendo a matéria prima). Graças a uma fama que vai aumentando, mas também a jornadas de 10 horas de trabalho intensivo, ela conseguia ganhar no momento da entrevista, 17.000 cruzeiros (1 dólar = 270 cruzeiros naquele momento). Pelo visto, ela entendeu perfeitamente que o empobrecimento relativo da classe média lhe abria, na ausência de pratos congelados industrializados, o mercado das famílias que deixaram de ir ao restaurante como antes quando as mulheres não têm tempo para cozinhar.

ou os diversos tipos de recursos mobilizáveis). A escolha de uma estratégia repousa em um triplo sistema de representações: de si mesmo, da atividade de trabalho, do mercado de trabalho na sua totalidade.

As representações de si mesmo são, para as duas categorias de trabalhadores aqui contempladas, bastante marcadas pelo peso de uma estigmatização sempre presente, seja no trabalho ou fora dele, e que aparece como um fator determinante da mobilidade profissional. De foto, a maior parte dos peões se define como "menos do que nada" ("todo o mundo pode fazer um trabalho desse", etc). As palavras que utilizam para se designarem variam de "peão" a "pequeno", "vagabundo", "sem valor", ou até "bandido" (Mori- ce, 1992); 17-18). Para as empregadas, a referência vai do animalzinho ("meu patrão fala menos comigo que com o cachorro dele") a escrava, e sempre passa pela denegação de si mesma ("não sou ladra nem prostituta")¹⁴. Essa representação desvalorizada de si mesma é acompanhada, quase sempre, da afirmação do caráter transitório da situação em que encontram, exce- to para os mais velhos.

Logo que sai do espaço do trabalho, a recusa em aceitar o seu estatuto real é também banal, mas não generalizada: al-

gumas empregadas podem gastar até metade do salário em cosméticos e roupa para parecerem com uma secretária ou com uma manequim, outras não. Outros operários se lavam cuidadosamente para apagar toda marca do cimento ou da pintura ao sair do canteiro, e vestem o melhor que podem¹⁵, outros não. A primeira vista, essas diferenças parecem ligadas com a diversidade de projetos; o fato de negar, fora do espaço de trabalho, sua identidade de trabalhador, pode representar um sinal de um projeto de mobilidade para outro tipo de emprego; ou a falta de maiores cuidados com sua aparência pode simplesmente resultar da necessidade de mandar para a família todo o dinheiro que conseguem juntar. O disfarce não parece, em todo caso, restringir-se à procura de um parceiro ou de uma parceira de melhor status social. A denegação de si mesmo não reflete, necessariamente, um projeto de mobilidade; ela pode muito bem ser apenas o único jeito de suportar sua condição "objetiva", a esquizofrenia constituindo-se em uma verdadeira estratégia de sobrevivência.

As representações de si cohabitam com representações da atividade de trabalho, coerentes entre si, mas cuja interação não deixa de ser bastante complexa. Para os operários, não é tanto a dureza física das tarefas

14 Girard F. Nunes (1993: 47) ressalta "essa impressão que o emprego se constrói em cima de algo sempre percebido como negativo. (...) Isto é, como elas são domésticas, não são ladras e são honestas pois trabalham para comer, não são vagabundas pois tem lugar fixo de residência, não vendem seu corpo, nem ficam pedindo favores pois trabalham, não são parasitas, mas sempre parecem perguntarem-se: "de que me acusam?"~

15 Em Bogotá, são então chamados de *russos* pelos sindicalistas, que procuram ridicularizá-los.

que está no centro dos comentários (todos sabiam perfeitamente que era assim antes de ingressar no ramo e, de qualquer forma, o trabalho da roça é talvez pior ainda), nem a relação com os outros peões, nem o salário baixo; é mais o problema de como se relacionar com os superiores, sobretudo aqueles que ficam logo acima na hierarquia ocupacional. Um canteiro considerado bom é aquele onde se pode aprender os truques e as técnicas profissionais, é onde o mestre de obras reconhece as qualificações sem muita chantagem¹⁶, e que se pode consagrar algum tempo (o que é bem raro) a recuperar materiais para desenvolver um negócio próprio. Uma boa patroa é aquela que autoriza a empregada a ver televisão ou a comer com a família e, sobretudo, que não fica o tempo todo a suspeitar de roubo. O bom patrão é, geralmente, definido antes pelo nível relacional, pelo respeito que ele tem pela pessoa da empregada. É aquele que deixa um pouco de liberdade e que reduz o que é visto por todas as que não têm casa própria como o traço mais negativo da condição de doméstica: a sensação de clausura, de isolamento do mundo de fora. Esse tempo deixado livre é geralmente visto como tendo que ser utilizado para seguir algum curso, que permita um dia se livrar desse tipo de trabalho.

Todas essas características do

"bom emprego" parecem extremamente versáteis. De fato, o emprego é, por definição, bastante precário. O canteiro pode muito bem terminar sem que o mestre assine a carteira. Os relatos das empregadas domésticas estão repletos de anedotas sobre a ambiguidade de suas relações com as patroas. A condição de doméstica é sempre lembrada, logo que a relação afetiva (com a patroa ou com as crianças) possa vir a criar qualquer ilusão a esse respeito. Não é estranho que, para as empregadas, o "bom emprego" não possa ser encarado como durável: seria negar todo o discurso que permite sobreviver na sua condição desvalorizada. É desta forma que pode-se interpretar as condutas "suicidas" acima referidas. Um bom emprego pode ser visto como algo a ser resguardado apenas no caso de algumas empregadas, as que são relativamente idosas. Estas, longe de recorrerem a argumentos econômicos (como o fato do salário de uma empregada ser, em média, bem superior ao de uma operária desqualificada, podendo chegar ao dobro deste, pelo menos em Brasília e São Paulo), ressaltam, em geral, argumentos mais afetivos: "faço parte da família", "criei os filhos", etc. Os operários não qualificados da construção só vão considerar como bom um emprego durável caso ele lhes possibilite desenvolver uma estratégia que, geralmente, não

16 Sobre a passagem do estatuto de *ayudante* para aquele de *oficial*, e depois de *mestre*, Lulle (1993: 65) anota que nessas mudanças sucessivas "a qualificação não basta por si só: as relações estabelecidas e mantidas com quem emprega, mas também com os engenheiros ou com os arquitetos que podem reparar na qualidade do trabalho, bem como o fato de valorizar essas relações na busca de ser 'recomendado', parecem tanto se não mais determinantes".

tem nada de diretamente profissional¹⁷.

Os argumentos afetivos se sobrepõem aos objetivos profissionais na definição do bom emprego. Eles evoluem com a idade. As estratégias tratam, na verdade, tanto de resistir à estigmatização quanto de ampliar as redes de conhecidos, bem como as oportunidades de formação que fundamentam a esperança de ter acesso a um emprego melhor. Mas, logo fica óbvio que esta esperança não tem nada de objetiva. Por isso, não faz sentido algum opor visões do trabalho "racional" a outras "irracional", já que umas e outras se misturam constantemente.

As representações do mercado de trabalho se complexificam com o tempo. O aprofundamento do campo cognitivo é o principal requisito na elaboração de estratégias profissionais ou das outras que as sustentem. Num primeiro momento, quem está prestes a migrar só tem informações muito fragmentárias sobre o emprego que o espera. Aquilo que ele ouviu antes de migrar é obviamente bastante embelezado, uma vez que as experiências dos outros são relatadas com a preocupação de recusa do estigma, ou, pelo menos,

com a vontade de exorcizá-la no imaginário. No caso dos operários da construção, na medida em que quase todos dormem e comem no canteiro, a informação sobre as condições de trabalho e de salário que imperam em outras obras vizinhas¹⁸ circulam bem rápido, o que não é o caso das domésticas, pelo menos daquelas que dormem na casa do patrão. No entanto, os encontros de fim de semana à noite, nos portões das casas, contribuem para tecer uma rede de informações bastante útil para encontrar outro emprego. Mas, as informações colhidas só podem ser parciais, pois a qualidade dos empregos é avaliada pelo prisma das relações pessoais, quando não afetivas; isto é, com base em algo subjetivo, que não é forçosamente transmissível.

Diversidade das trajetórias e diferenciação social

O grau de acesso às informações sobre o mercado de trabalho constitui um dos mecanismos da diferenciação social. A capacidade de formular estratégias depende do campo cognitivo, mas é raro que os discursos relacionados à prática do trabalho facilitem seu aprofundamento. Como o trabalho só pode ser

17 Morice (1992) cita o caso de um peão que, encarregado da betoneira em todos os canteiros onde trabalhava, não parecia procurar se qualificar; de fato, este lugar chave lhe permitia multiplicar os contatos e ampliar, dessa forma, a freguesia da casa de jogo à qual se consagra nos fins de semana.

18 Os operários se deslocam de uma obra à outra, e as equipes se misturam nesta rotação. So bre tudo nas cidades pequenas e médias, onde as ruas ficam desertas logo que anoitece. Estas só ficam ocupadas pelos operários da construção que trocam informações e por empregadas domésticas que fazem o mesmo. As paqueras entre uns e outras se dão também nesta ocasião.

ruim (mesmo se o mestre de obra ou a patroa não o sejam), ele não pode ser visto como fator de melhoria da condição de vida; só pode ser a sorte, o destino ou a força de vontade que levam a progredir na vida (ou, pelo menos, permitem nutrir tal esperança). Mais do que nos aspectos materiais e imediatos (salário, condições de trabalho), esta diferenciação social vai antes concretizar-se nas possibilidades de ascensão, pelo reconhecimento de uma qualificação, no canteiro, para o operário da construção, eventualmente seguida de uma passagem para o estatuto de autônomo, ou mesmo de pequeno patrão; pela saída da atividade doméstica, geralmente para uma ocupação como autônoma (cozinheira, lavadeira), ou através de um emprego numa firma, seja como operária ou como escriturária, mas nunca como manequim.

Certamente, existe aí uma diferença essencial entre as duas categorias, pois no caso dos operários da construção, a melhoria do estatuto (virar "profissional") pode ocorrer na própria empresa, enquanto no caso da empregada, a passagem ao estatuto de diarista, por vezes especializada, se faz sempre na ocasião de uma mudança de patroa. A diferença, no entanto, deve ser relativizada. Essa mudança de estatuto só é percebida como etapa de uma trajetória estrategicamente orientada para

um objetivo precípuo — abrir o seu próprio negócio. Para a grande maioria, a impossibilidade de levar a cabo tal estratégia apresenta várias semelhanças nos dois casos. Em geral, após alguns meses em uma atividade de outro tipo (ambulantes, para os operários, e emprego assalariado, no caso da doméstica), o que ocorre, geralmente, é a retomada da atividade anterior. Finalmente, o que diferencia mais essas duas categorias, do ponto de vista das estratégias perseguidas, é o papel dominante da dimensão matrimonial, no que diz respeito às domésticas jovens (o casamento é considerado como meio de sair da atividade, mas, na verdade, ele é antes uma ocasião de passar ao estatuto de diarista), enquanto que, para os operários da construção, o casamento não é percebido como algo que modifique a trajetória profissional (apresenta-se, nos discursos, apenas como uma incitação suplementar para querer progredir).

Esses elementos de diferenciação social estruturam as trajetórias e as estratégias, mas não existe nada aqui que seja "objetivo": tudo é submetido a apreciações subjetivas. Busca-se conquistar a confiança do mestre de obra ou da patroa. A visão dos efeitos do esforço individual é geralmente bastante mistificada, particularmente em matéria de formação¹⁹. Para as empregadas domésticas, a esperan-

¹⁹ Mesmo que, em certos casos (como aquele da empregada que virou *congeladora*) isto seja bem real, as possibilidades de formação no trabalho das domésticas se rarificaram. No caso do Chile, Casassus-Monteiro (1992) registra o seguinte: "tendo em vista que ultimamente, a especialização do trabalho doméstico (cozinheira, arrumadeira, babá) está desaparecendo, esta não constitui mais, hoje em dia, um projeto profissional. Pode-se dizer que no seio da própria atividade não é mais possível estruturar um projeto de desenvolvimento ou de progressão profissional."

ça de alcançar uma formação profissional pressupõe ter acabado um ciclo de estudos primários completo. A maioria das empregadas domésticas que frequentam escolas primárias nem consegue passar nos exames finais, e o curso de datilografia que elas almejam, não passa, para muitas, de um mero sonho. Mas, pelo visto, "querer o impossível dá a possibilidade de alimentar o sonho por mais tempo" (Girard F. Nunes, 1993:36).

As representações do mercado de trabalho não se constroem exclusivamente com base na inserção numa rede. Em certos casos, esta pode até bloquear o acesso a determinadas informações, a exemplo das jovens domésticas migrantes, colocadas por uma tia numa família que esta conhece na vizinhança de sua casa, o que vai lhes dificultar a possibilidade de conhecer novas pessoas, se ficarem vigiadas muito de perto. Não é raro que a inserção numa rede favoreça a saída da atividade. Mas as exceções não são menos frequentes, como é o caso dos peões que têm contatos com pequenos patrões sub-contratados e tiram partido das informações que assim conseguem, ou, ainda, o caso das domésticas que imitam uma antiga colega, com quem mantiveram relações, para iniciar um negócio próprio. Mas, é necessário entender que o estigma impede aqueles que conseguiram exorcizá-lo de tecerem laços com os que não consegui-

ram, pois se contrapõe à negação de si mesmo. Poder-se-ia dizer, então, que a rede -pela intensidade das informações trocadas entre domésticas ou entre peões - favorece a rotação no seio de um circuito de mobilidade extremamente restrito e fechado. Isto explica que esta rotação seja, paradoxalmente, muitas vezes procurada pelos assalariados, mesmo que ela resulte do comportamento dos empregadores, o que explica, também, a dificuldade em escapar deste circuito e conseguir passar a um emprego assalariado em outro ramo, ou à posição de micro-empresário.

Estratégias dos trabalhadores e determinações econômicas

As estratégias dos trabalhadores, por mais dominados que esses sejam, constituem um elemento estruturador do funcionamento do mercado de trabalho. Ao insistir na importância dos três tipos de representações acima mencionadas, nem porisso se tratar de negar aquela decorrente dos fatores propriamente econômicos. A um nível mais geral, deve-se ressaltar *que* as variações da atividade modificam as combinações entre as estratégias patronais e operárias, mais particularmente nas suas relações com os fatores institucionais ou com a informalidade. Por exemplo, os empregadores da construção, em São Paulo,

preocupados em recuperar a mão-de-obra despedida em época de baixa conjuntura e que se ocupou como ambulante, passaram a reduzir a duração do trabalho, abrindo mão do seguro-desemprego para "indenizar" a diminuição decorrente do salário.

Para as domésticas, os fatores estritamente econômicos também intervêm. Por exemplo, a forte concentração de diplomatas e de altos funcionários no plano piloto de Brasília puxa os salários para cima, o que aumenta a atração da cidade junto às jovens migrantes que buscam um emprego de doméstica. A um nível mais geral, a conjuntura econômica, através da evolução da renda das classes médias, influi profundamente no volume do emprego doméstico²⁰. Ela influi igualmente sobre os estatutos de emprego. Uma vez que o tamanho médio das residências dos patrões mais jovens se reduz nos períodos de crise, estes tendem a utilizar o quarto de empregada para uma criança, e fazem passar a doméstica ao estatuto de mensalista, sem lhe fornecer mais dormida como antes. Por outro lado, as diaristas que tinham até aquele momento ingressos monetários mais elevados que o resto da categoria, não conseguem encontrar trabalho, e passam também ao

estatuto de mensalista, sem direito à dormida. Em seguida, com o agravamento da crise (como no Brasil de 90 a 93), conjugam-se esses dois efeitos do empobrecimento relativo das classes médias e a baixa do poder de compra do salário da doméstica não permite arcar com o aluguel de um alojamento próprio; os patrões, por sua vez, estão tendo dificuldades para pagar a creche das crianças, e a doméstica volta, com frequência, a morar na casa dos patrões, mas agora com uma criança para cuidar no seu próprio quarto.

Essas condições objetivas, por mais importantes que sejam, somente interferem através de uma representação dos futuros possíveis e através das estratégias adotadas em função de tal percepção. Estas, assim, são reajustadas na margem, o tempo que dura essa conjuntura. Mas não se pode dizer que elas são modificadas no todo. As variações das condições econômicas, particularmente dos salários, têm pouco peso na regulação desses mercados de trabalho, pois não levam a uma redefinição, no curto prazo, de estratégias longamente elaboradas, e que podem ter objetivos, como se viu, muitas vezes distintos da simples procura de uma maximização da renda monetária, o que dá

²⁰ Com base num estudo estatístico bastante detalhado, Huyette (1993: 7) mostra que nos períodos de crise na Colômbia (por exemplo, em 1984) os patrões das empregadas diaristas começaram a baixar o salário-hora (pelo não reajuste em função da inflação). Quando os salários atingiram o mínimo socialmente suportável, passaram a reduzir o número de horas trabalhadas, revalorizando ligeiramente o salário-hora. A retomada do crescimento econômico traduziu-se mais pelo aumento do número de pessoas empregadas que pelo alongamento dos horários de trabalho individual (e daí dos ingressos individuais).

uma impressão de resignação e passividade diante da baixa dos salários²¹. Os liberais talvez aí identificassem o resultado de uma rigidez em excesso para reclamar mais flexibilidade, o que seria chegar ao absurdo, pois esses mercados de trabalho são os mais desregulados que se possa imaginar.

Representações de si e gestão do acaso e da necessidade

A palavra estratégia, aqui empregada, é bastante utilizada na sociologia, mas pode levar a certas confusões. Pela sua origem militar, sentido que encontramos também na linguagem das ciências da administração, supõe-se que aquele que formula uma estratégia conhece os determinantes estruturais da sua ação; isto é, que ele é capaz de avaliar as reações previsíveis dos outros agentes que também elaboram estratégias. Utilizada sem precaução na sociologia²², existe um sério risco de restringir seu significado a uma visão empiricista e subjetivista que não permite compreender como se sistematiza "esta nebulosa de trajetória cuja lógica po-

de ser complexa, mas raramente objetivada por quem a põe em prática" (Morice, 1992). As condutas dessas duas categorias de trabalhadores "sem qualidades" têm, é claro, uma dimensão estratégica, na medida em que são centradas na gestão da estigmatização que enfrentam, e orientadas para a aquisição de qualificação e estatutos, objetivos para os quais são mobilizados os mais variados recursos. Não se pode, contudo, concluir que as "boas" estratégias sejam melhores que as "ruins". Cada estratégia é definida num campo cognitivo mais ou menos amplo, que determina, bem mais que a coerência das condutas individuais, o sucesso da estratégia.

Na visão dos operários da construção e das empregadas domésticas, a representação do sucesso ou do insucesso de um projeto (passado ou futuro) remete tanto ao acaso quanto à necessidade. O acaso, a sorte, ou Deus, têm um papel cuja importância parece ser proporcional ao grau de interiorização da fatalidade de sua condição social (particularmente no caso das domésticas), o que leva então a uma submissão mística²³, mas não impede necessariamente de ascender na vida. Pelo contrário, trata-se de estar sempre de olho nos sinais que Deus (ou

21 O que não exclui, às vezes, a existência de sindicatos combativos, como no caso da construção em João Pessoa.

22 Como, por exemplo, no uso hoje banalizado da expressão estratégia de sobrevivência, que, mais do que uma estratégia, designa, na verdade, o resultado da sua falência.

23 Como o sinaliza Girard F. Nunes (1993: 41) ao registrar a frequência de considerações tais como "numa outra vida, os pecados que cometi devem ter sido muitos, para eu ter a vida que levo hoje".

o destino) não pode deixar de mandar. Como a necessidade, por exemplo, de ir embora da terra para o Rio de Janeiro para adquirir uma qualificação ou, ainda, uma gravidez não desejada em uma cidade do interior, que leva a família a organizar a migração precipitada da moça.

O fechamento de uma obra, o fato da patroa despedir sua empregada por não estar em condição de pagá-la, serão atribuídos à "crise" tanto quanto à desgraça. Mas, por trás do acaso ou da necessidade, encontram-se, muitas vezes, estratégias cuja ingenuidade²⁴ ou mesmo confusão escondem um real conhecimento das oportunidades de emprego e do jeito de tirar partido delas. Aceitar perambular continuamente à procura de um trabalho também pode ser, para os trabalhadores da construção, uma maneira de se afastar da família de origem, às vezes da própria esposa, e de iniciar uma nova vida, organizando o esquecimento de sua vida passada graças à sua condição profissional. Da mesma maneira, para a doméstica, o fato de encontrar "por acaso" uma "boa patroa", que lhe dará a possibilidade de virar diarista, e eventualmente, de se especializar, constitui, geralmente, a ocasião de pôr em prática a estratégia que foi há tempo cogitada.

Como se vê, o acaso e a necessidade são cuidadosamen-

te administrados, gestão que repousa sobre as representações de si e do mercado de trabalho. As estruturas coletivas têm, a este nível, um peso determinante, mesmo que este não seja mecânico, agindo, na verdade, de forma mediatizada através das condutas e consciências individuais. As determinações estruturais não têm existência própria fora dessas representações e das estratégias que elas conformam. A racionalidade das escolhas individuais não pode ser apreciada apenas em relação à objetividade das "oportunidades" de tal ou tal indivíduo para levar a termo uma estratégia, no quadro de estruturas objetivas que o observador seria o único a poder esclarecer. O conjunto das representações (de si mesmo, do seu trabalho, do mercado de trabalho) que podem parecer irracionais do ponto de vista de um observador superficial, devem ser consideradas como elemento dessas determinações estruturais, em relação às quais o indivíduo vai definir suas estratégias profissionais tanto quanto as de outros tipos. Em termos práticos, essas representações determinam as tentativas de recomposição da identidade que definem a maneira de se posicionar no mercado de trabalho.

No caso das empregadas domésticas, como a identidade profissional é da ordem do não-ser, só lhes sobra a possibilidade de tentar recompor sua iden-

24 Várias entrevistas de jovens trabalhadoras rurais dos vales frutícolas do Chile revelaram estratégias em aparência ingênua: elas se deixam engravidar de propósito pelos policiais que vêm da capital e que devem com toda probabilidade voltar para lá, na esperança de se casarem e de acompanharem o marido. Obviamente, o policial volta solteiro. Na verdade, a ingenuidade é talvez menor do que se pensa *a priori*, pois a migração acaba acontecendo, autorizada a mesmo desejada pela família.

tidade pessoal em torno do provisório. Este tem de ser vivido simultaneamente como positivo e como negativo. Por um lado:

"(...) tenho uma boa patroa mas não sou otária, fico nessa casa por enquanto na falta de algo melhor, e para que isso fique bem claro, para mim e prós outros vou ter que ir-me embora"

Mais claro ainda se a patroa for ruim, como acontece, por exemplo, quando esta impõe à sua empregada lavar a louça na hora da novela. Por outro lado:

"claro, eu poderia virar uma boa empregada, e ter assim condições de negociar melhores salários e outras vantagens, sobretudo por que os meus patrões gostam de mim e que eu gosto deles; mas seria me aceitar a mim mesma tal como eu sou, e na verdade eu não sou o que sou"

Tais discursos não são formulados, obviamente, desta forma; os argumentos avançados são mais "racionais" de um ponto de vista econômico²⁵, mas mesmo quando for assim, a identidade não pode se reconstruir de outra forma que pela negação e pela recusa do que ela é, no presente.

Sem dúvida alguma, temos aí uma das origens da fra-

gilidade do movimento sindical na categoria, além do fator óbvio do isolamento, particularmente para aquelas que vivem na casa dos patrões. Nenhuma das que foram entrevistadas - uma centena —era sindicalizada. A existência do sindicato é, no entanto, conhecida pela maior parte delas, sobretudo no Brasil, onde este sindicato, apoiado pela esquerda parlamentar, teve uma influência significativa na aprovação de leis que asseguram salário mínimo e férias às empregadas. Mas o sindicato continua associado a duas visões que limitam a ajuda que se espera deles; é geralmente visto como uma espécie de serviço público, que se ocupa de uma população carente e desfavorecida, da mesma forma que as instituições filantrópicas cristãs; ou, na melhor das hipóteses, como uma rede formalizada que pode compensar as deficiências das redes informais.

No caso dos operários desqualificados da construção, é menos a questão da identidade profissional que se apresenta problemática -pelo menos, ela não é, em si mesma, socialmente negada — mas a questão da qualificação. Em geral, todos

²⁵ Uma empregada de São Paulo, entrevistada por Kume (1993) e que conseguiu um emprego assalariado como encarregada da limpeza de uma cantina de fábrica, viu seu salário dividido por dois em relação ao que obtinha antes como doméstica numa casa. Ela justifica sua escolha pela preocupação de ter uma aposentadoria que, no seu caso, será, com certeza, insuficiente para sobreviver minimamente.

imaginam como certo um futuro que, na realidade, é estatisticamente pouco provável. A maior parte dos que aprendem a dominar os conhecimentos de carpintaria, de eletricidade, marcenaria, etc, ficam no estatuto de ajudante, mesmo quando têm a responsabilidade da tarefa que lhes é confiada. Muitos nem terão a oportunidade de aprender qualquer coisa, e o papel de ajudante de pedreiro se limitará a carregar continuamente sacos de pedras nas costas, pois os baixos salários não justificam a compra de um guindaste. Mas não deixa de ter aí algo bem real; o ajudante não existe a não ser pela possibilidade de obter uma qualificação, que ao se revelar inexistente, torna-se a principal razão da enorme rotatividade nessa ocupação. A extrema diversidade das atitudes em relação ao sindicalismo (um sindicato muito combativo, filiado à CUT, no caso de João Pessoa, cuja atuação é aprovada pelo grosso da mão de obra, ou ao contrário, o caso de Valparaíso, onde o sindicato é completamente ausente dos discursos dos trabalhadores) não se explica somente pela capacidade de organização, o grau de implantação ou a (in)existência de uma central autônoma. A nosso ver, o que é antes de tudo determinante é a capacidade do sindicato em falar não apenas das condições de trabalho do operário

desqualificado, mas também do futuro que a profissão lhe oferece; isto é, de integrar a seu discurso reivindicatório uma discussão das trajetórias (que nos sonhos dos trabalhadores se espera que os levem a sair da atividade)²⁶.

Como sempre, quando se procura objetivar pontos de vista pessoais, o conjunto das características desses dois mercados de trabalho específicos pode ser interpretado como funcional, já que constitui um sistema. O discurso classicamente funcionalista a respeito da inserção do migrante e da mão de obra desqualificada é, em geral, de dizer que, diante de uma oferta de empregos desqualificados, encontra-se uma oferta de trabalho de indivíduos jovens, resistentes e dispostos, e que o baixo nível das técnicas tem finalmente uma função social, a de permitir empregar este tipo de mão de obra²⁷. A funcionalidade inversa seria dizer que os empregadores potenciais tiram partido das características sócio-demográficas desta mão de obra pouco exigente, e que isto impede qualquer progresso técnico e social. Essas duas óticas levam a um impasse: não se pode considerar o mercado de trabalho como um dado intrínseco com o qual se confronta um indivíduo desqualificado, pronto a tudo para sobreviver. Este merca-

26 Ao inverso, a insistência do sindicato das domésticas no Brasil, também filiado à CUT, em afirmar **que** estas também fazem parte da classe operária, é percebida como um discurso de extra-terrestre.

27 Costa Lima, no seu relatório (1993: 12-13), comenta o seguinte: "é um dos efeitos mais surpreendentes e mais perversos de se ver, no Brasil, os operários fazerem uso de um pensamento acadêmico progressista para se contraporem à modernização da construção, contribuindo, dessa forma, para manter a extrema precariedade que ainda caracteriza este ramo no país".

do de trabalho, pelo contrário, constitui-se em torno desta ausência de qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras, que ficam condenados a agir através da negação de si mesmos, permitindo assim que o "mercado" funcione.

Regulação do Mercado do Trabalho e Sistemas de Representações

Na elaboração da imagem do *homo economicus*, a economia neoclássica sempre qualificou este figurino de útil caricatura" e de "ficção racional"; ela nunca pretendeu que o comportamento puramente econômico esgotasse a descrição empírica das condutas²⁸. Bastava que, depois da caracterização de um tipo ideal fictício, se relaxasse alguma das hipóteses de base. Como se sabe, em termos de uma teoria do mercado de trabalho, os neo-clássicos utilizam a hipótese do livre acesso à informação, e os regulacionistas a da flexibilidade dos salários, em ambos os casos preservando a idéia da racionalidade.

Nos casos que descrevemos, a questão não é saber se os indivíduos são racionais ou não: é óbvio que o são, desde que adotemos uma definição *ad hoc* do que é racionalidade, mesmo que esta não tenha nada a ver com a maximização de vantagens econômicas. O fato

de orientar suas condutas com vistas a multiplicar as oportunidades de encontros que podem levar a um casamento, ou de buscar recompor uma identidade marcada pela estigmatização social (simultaneamente reconhecida e recusada), podem muito bem ser definidos como formas diversas de racionalidade, diferentes daquela que propõe a economia neoclássica. Assim sendo, poder-se-ia considerar a idéia de mercado de trabalho no seu sentido clássico, isto é, de um mercado um tanto peculiar, pois quem oferece e quem demanda procuram maximizar coisas bem diferentes.

Semelhante problematização não permite interpretar fenômenos e comportamentos do tipo daqueles acima descritos. A questão da definição e da caracterização do mercado de trabalho não reside apenas na racionalidade dos agentes, mas, também, nos mecanismos de reprodução e regulação deste mercado. O mercado de trabalho *lato sensu* - expressão que remete aos mecanismos de integração e manutenção dos indivíduos no sistema salarial — não é um mercado puro, que seria mais ou menos pervertido pela ação das instituições, pelo caráter imperfeito da informação, ou pela irracionalidade dos agentes. Quando a racionalidade pode adotar várias formas, o problema teórico é o de especificar o *locus* e as modalidades de coordenação das formas de racionalidade; os comportamentos que

²⁸ Salvo, é claro, no caso do ultra-economicismo totalitário de Gary Becker, mas que encontra seus limites na necessidade de apelar para a bio-economia para explicar a ineficiência do mercado de trabalho em produzir por si só um equilíbrio.

geram essa diversidade sendo, eles mesmos, também diversificados. Aqui procuramos mostrar que cada uma das trajetórias sócio-profissionais e o conjunto delas (que configuram as estruturas de mobilidade social) conformam esses processos de coordenação.

Estes repousam sobre um sistema de representações bastante complexo, tanto a nível individual quanto coletivo, que estrutura o que foi aqui chamado de mercado de trabalho *lato sensu*. As características de um mercado de trabalho, tais como a taxa de rotação, os baixos salários, não podem de jeito algum ser consideradas como invariantes que explicariam o funcionamento desses mercados. Pelo contrário, nos casos aqui estudados, a estigmatização e a tentativa de escapar a um estatuto negativo é que explicam a rotatividade e os baixos salários, que o nível de desemprego ou a referência a um padrão mínimo de consumo não conseguem explicar. Com toda a certeza, pode-se deduzir do que precede uma interpretação funcionalista um tanto paradoxal, isto é, de que o mercado de trabalho funciona melhor quando as representações são diversificadas e os sujeitos que o compõem não têm comportamentos economicamente racionais. Mas, em nenhum caso, isso validaria a hipótese de sujeitos atomizados, manobrados pelo mecanismo do ajuste de mercado, sobre o qual eles não teriam nenhum controle.

Na ausência de tal mecanismo, a questão teórica central

é, então, a da regulação do mercado de trabalho. Vale explicar o que entendemos por regulação. Este termo foi aqui utilizado num sentido bastante extensivo. Não se trata apenas de um processo de controle da reprodução a partir de um sistema de normas que assegura o dinamismo do mercado de trabalho. Trata-se, também, da reprodução da condição social dos agentes (envolvendo, entre outras coisas, o salário), e do modo da sua ordenação. Neste sentido, pode-se diferenciar logicamente a regulação da constituição desse mercado. A expressão mais rigorosa, por mais infeliz que seja, seria de falar na reconstituição permanente do mercado de trabalho. A um nível maior de abstração, podem ser identificados três tipos de regulação. O primeiro repousa sobre regulamentações (estatais) e convenções (coletivas e privadas); foi amplamente descrito pelas auto-denominadas teorias da regulação e das convenções. O segundo tipo de regulação repousa nos mecanismos de subserviência e de promoção interna da empresa (isto é, um "não mercado" interno de trabalho) combinados a formas de submissão coletiva (eventualmente negociada a preço alto), e com a hegemonia patronal no mercado de trabalho; seria o caso do que foi chamado de modelo japonês, se generalizarmos a situação de algumas empresas desse país.

As situações marginais que descrevemos parecem nos remeter a um terceiro tipo de regulação, que na verdade não tem nada de marginal. Os mecanismos de diferenciação dos em-

pregos e do posicionamento dos indivíduos, a determinação do salário, a aquisição e o reconhecimento das qualificações, e também a possibilidade da própria sobrevivência (física, mental e social) não repousam fundamentalmente sobre regras, nem sobre convenções, nem sobre a submissão às regras hierárquicas de funcionamento do mercado²⁹. Este conjunto de processos de regulação repousa sobre uma combinação de construções de identidades e de estratégias de busca ou de recusa dos estatutos prevalentes. Uma e outras enraizam-se em um sistema de representações socialmente produzidas e as ajustam constantemente. A regulação do mercado de trabalho opera, então, antes de tudo a nível social, o que não exclui a intervenção de fatores puramente econômicos, tais como a evolução da renda da classe média ou dos créditos públicos alocados ao setor da construção, para voltar aos casos aqui estudados. Mas esses fatores intervêm apenas como mecanismos de ajuste das estratégias pré-estabelecidas dos trabalhadores e dos patrões, e não constituem fatores de inflexão das curvas de oferta e de demanda.

Cabe voltar ao propósito metodológico de Sahlins, e se interrogar sobre os fundamentos sociológicos dos comportamentos econômicos. Nesta pro-

blemática que ultrapassa, claro, a simples questão do mercado de trabalho, a coordenação dos comportamentos individuais não pode ser definida a partir da racionalidade comum a todos os agentes, uma vez que esta tem vários formatos e é apenas um dos aspectos das estratégias. Mais do que racionalidade, o que unifica o mercado de trabalho é a comunidade -para o conjunto dos trabalhadores de uma categoria - das representações de um futuro que pode muito bem não se confirmar em termos objetivos³⁰. Uma trajetória sócio-profissional só vai se revelar bem sucedida nos raros casos em que se pode tirar proveito das oportunidades econômicas e se contrapor, ao mesmo tempo, à estigmatização social. Muitas vezes, o trabalhador e a trabalhadora podem descartar possibilidades de ascensão e, mesmo, largar um bom emprego, para depois cair em uma posição subalterna, quando não na prostituição. Essas trajetórias falidas contribuem para a constituição do mercado de trabalho tanto quanto as bem sucedidas.

Para entender plenamente como o tipo de coordenação dos agentes que aqui procuramos resgatar conforma um sistema de emprego, seria necessário identificar a maneira como se articulam os diversos níveis de determinação macro-econômica

²⁹ Obviamente os indivíduos ficam fortemente submissos no trabalho; isso também se verifica no caso do taylorismo, mas não define, por si só, um modo de regulação desse mercado.

³⁰ Como escreve Morice (1992: 36), é "a quimera da profissionalização (que) vem utilmente atenuar os efeitos destrutivos da precariedade cotidiana, e que permite, por isso mesmo, ao trabalho no canteiro prosseguir.

e macro-social dessas trajetórias. Apenas mencionamos algumas, sem pretender generalizá-las; por exemplo, a politização da questão da estigmatização social, que levou a progressos legais significativos em matéria de direitos sociais das empregadas domésticas. As entrevistas revelaram, por outro lado, até que ponto as políticas de ajuste modificam o padrão de alocação clientelar da habitação popular, o que teve fortes repercussões sobre as estratégias profissionais e migratórias dos operários da construção (Morice, 1992). A perspectiva de uma análise geral dessas relações triangulares (micro-social, macro-social,

macro-econômica) nos parece ser um dos maiores desafios das ciências sociais do desenvolvimento. Não que a questão se coloque apenas para o terceiro mundo (isto ocorre nos países onde a importância de uma regulação institucional a torna menos visível), mas é que neste caso ela é incontornável. Esta análise das relações entre esses três níveis possibilita, então, entender que a situação do emprego e da pobreza não é apenas o resultado de um estado da economia. O estado da sociedade em que se estruturam esse mercados de trabalho também explica essa economia de subemprego e de pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, M., COPANS, J. et MORICE, A. (DIR)
1987 *Classes ouvrières d'Afrique noire*, Paris, Karthala.
- COSTA LIMA, H. da A,
1994 *Migração e emprego dans le bâtiment au Brésil: quel rapport avec les techniques de construction?* In: LAUTIER (coord.), 40 p.
- GIRARO F. NUNES, C.
1994 *Trajectoires et stratégies d'emploi, les employées domestiques à Brasília*, In: LAUTIER (coord.), 57 p.
- HUYETTE, P.
1994 *L'emploi domestique dans la Colombie des années quatre-vingt*, In: LAUTIER (coord.), 67 p.
- KUME, H.
1993 *Stratégies, trajectoires et mobilité professionnelle: les employées domestiques de la ville de São Paulo*, In: LAUTIER, 40 p.
- LAUTIER, B. (coord.)
1994 *La mise en forme de la mobilité par l'emploi: les travailleurs du bâtiment et les employées domestiques en Amérique Latine*, Paris, Ministère de la recherche et de la technologie/GREITD-CREPPRA.

LULLE, T. et VIVEROS, M.

1993 Migrations vers Bogotá et emploi dans le bâtiment et le service domestique: trajectoires et représentations, In: LAUTIER (coord.), 1994, 95-49 p.

SARD, J. F.

1991 Etats d'Afrique noire. Paris, Karthala, 407 p.

MEYER, P. (dir.)

1976 Nómades et vagabonds. [s.l.]. UGE, 322p. (Col. 10/18).

: MONTERO-CASASSUS, C.

1992 Les emplois masculins et féminins d'accès facile: ouvriers de la construction et employées domestiques au Chili (enquêtes de Emilia Palma et Paul Vallajos), In: LAUTIER (coord.), 33 p.

MORICE, A.

1992 Une légende à revoir: l'ouvrier du bâtiment sans feu ni lieu, In: LAUTIER (coord.), 38 p.

VASCONCELLOS, M.

1992 Les migrants à São Paulo dans le bâtiment: mythes et réalités, In: LAUTIER (coord.), 1994, 67 p.